

## O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA MORFOLOGIA URBANA CONTEMPORÂNEAS: SUAS DINÂMICAS, CONTEÚDOS E FENÔMENOS SOCIAIS

**Maurício Sérgio Bergamo<sup>1</sup>**

**Resumo:** O artigo visa mostrar aspectos acerca da morfologia urbana das cidades brasileiras. Para tanto, num primeiro momento uma breve análise do desenvolvimento do modo de produção capitalista para buscar compreender como aconteceram as transições de um sistema econômico para outro. Deste modo, será pertinente trabalhar os aspectos políticos, econômicos e sociais de três períodos da humanidade, a saber: Idade Antiga, Medieval e Moderna-Contemporânea. Já no segundo momento mostrar-se-á como a morfologia urbana das cidades contemporâneas, influenciada pelas ações dos agentes vinculados aos setores imobiliário, empresarial e industrial, constitui-se e define-se, expressando espaços nos quais há a exclusão e segregação da população pobre.

**Palavras-Chave:** Modo de Produção Capitalista; Aspectos Políticos, Sociais e Econômicos; Exclusão; Segregação.

### THE PROCESS OF CONTITUTION URBAN MORPHOLOGY OF CONTEMPORARY CITIES: THEIS DYNAMICS, CONTENTS AND SOCIAL-URBAN PHENOMENA

**Abstract:** The aim of this paper is to present and to clarify some key elements of the urban morphology some Brazilian cities. For such, in the first moment will be done a brief analysis of the capitalist mode of production seeking to understand the transitions from one economic system to another. Thus, it will be relevant to explore the politic, economic and social aspects of three periods of humanity, namely: Ancient age, medieval and modern-contemporary age. In the second moment it will be shown how the urban morphology of contemporary cities, urbanized by real estate, business and industrial sectors, is made up and defined by characteristics which refer to exclusion and segregation of the poor population.

**Key-words:** Capitalist Mode of Production; Politic, Economic and Social aspects; Exclusion; Segregation

#### **Introdução**

A partir da primeira Revolução Industrial os fenômenos de urbanização das cidades modernas, se diferenciaram em muitos aspectos, se comparados aos fenômenos de urbanização das cidades antigas e medievais. Mudanças não somente reais, que foram exibidas pela reestruturação e criação de novos centros urbanos, mas também teóricas, que acoplaram ao campo das discussões, conceitos e terminologias como capital mundial e região urbana. Frutos, do advento do modo de produção capitalista industrial. Sposito (1999)

---

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão. Bolsista CAPES. Membro do GP Modernidade, Geografia e o Conceito de Natureza/CNPq.

Não obstante a importância de compreendermos os fenômenos urbanos das cidades contemporâneas destacados pelas exposições de Sposito (1999), em seu texto *Reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais*, com argumentos que analisam/investigam relações existentes entre as cidades e os seus conteúdos, em que o modo de produção capitalista depois de passar pelos cinco estágios de desenvolvimento, conforme exibirá Jessuá (2010), temos que levar em consideração, que ele se potencializa cada vez mais pelas lógicas de produção impostas pelas empresas globais, fortificando e aprimorando sucessivamente, tanto as relações como as técnicas utilizadas para organizar, estruturar e reestruturar os espaços urbanos locais, nacionais e internacionais.

Com efeito, pretendemos por meio deste artigo, fazer uma breve análise das morfologias urbanas das cidades brasileiras contemporâneas e, entender mesmo que sucintamente, como as formas e as dinâmicas - fluxos - agem, definindo assim, um desenho poli-nucleado do tecido urbano. Deste modo, será de extrema valia trabalhar três importantes momentos da História, Idade Antiga, Medieval e Moderna-Contemporânea. Pois, conforme será apresentado no decorrer de nosso trabalho, os padrões econômicos, políticos e sociais existentes atualmente, além de influenciarem diretamente no processo de urbanização, carregam vestígios de épocas passadas, marcados pela exploração, segregação e predominância de uma classe sobre outra.

Para isso, a metodologia adota no desenvolvimento de nosso artigo, que está organizado em duas partes: na primeira discutiremos aspectos referentes à organização sócio-espacial das sociedades antigas e medievais e os principais momentos de instituição do modo de produção capitalista no Ocidente, ao passo que, a segunda parte visa destacar, ainda que muito superficialmente, aspectos acerca do fenômeno de urbanização das cidades brasileiras e algumas problemáticas presentes em seu conteúdo, como o fenômeno social da fome, amparado e qualificado por visitas à referências bibliográficas de pesquisadores nacionais de grande admiração pessoal.

Assim, o artigo será desenvolvido através de pesquisas pautadas em análises bibliográficas, em que, coletando dados, informações e elaborando, num primeiro momento notas informais, daremos contingência??? à nossa tarefa, organizando, ordenando e estabelecendo bases para cunhar conhecimentos e saberes qualificados à auxiliar as comunidades acadêmicas nos estudos e nas investigações dessas temáticas, tão debatidas e discutidas em círculos formados por intelectuais.

### **O processo histórico e a gênese da morfologia urbana contemporânea**

O tecido urbano das cidades contemporâneas é algo que esconde vestígios, de relações marcadas pelo poder e de interesses que se dirigem à múltiplas finalidades, os quais, por não se concentrarem em único ponto de interesse, acabam por fragilizar-se, rompendo e calando assim, as vozes dos segregados em razão da potencialidade financeira, mercantil, industrial e imobiliária.

Com efeito, Moreira (2010) mostra, que para compreendermos as relações capitalistas que agem nos espaços urbanos, é preciso destacar os aspectos referentes às sociedades escravocratas e feudais das idades Antiga e Medieval. Pois, as relações que envolveram feudos e comunas e feudos e burgos, é a raiz do Estado Moderno, o qual, tem como sustentáculo os múltiplos processos, dinâmicas e práticas urbanas-capitalistas, que promovem no espaço geográfico, através do adensamento populacional, de infraestruturas e equipamentos, tramas cotidianas que dão às cidades contemporâneas uma morfologia diferente daquelas existentes em épocas remotas.

Na mesma perspectiva de Moreira (2010), Codato (2010) expõe, que as sociedades se diferenciaram ao longo da história, em aspectos sociais, econômicos e políticos, devido ao modo de produção predominante em cada época. Ou seja: são os modos de produção que caracterizaram e continuam a caracterizar as sociedades históricas nas perspectivas sociais, econômicas e políticas.

Assim, em seu artigo, *Marx: a política, o poder e o Estado capitalista*, Codato (2010) desempenha a tarefa, que consiste em mostrar, que três modos de produção da história da humanidade, são sistemas de produção, nos quais, em suas respectivas bases de sustentação há exploração. Em cada um desses modos de produção - escravista, feudal e capitalista - existiu e existe um meio de produção principal, que reproduz em maior escala, refletindo nas sociedades, os padrões e as características manifestas nos trabalhos.

, Codato (2010) afirma / argumenta que Na Idade Antiga, o modo de produção reinante era o escravista. Nas sociedades escravistas, assim como nas demais ao longo da história, existiu uma classe dominante e uma classe dominada. No modo de produção escravista, Codato (2010) revela, que o principal meio de produção que fazia a classe dominada - escravos - trabalhar para a classe dominante - patrícios -, era o chicote. Era a “força do chicote” que estabelecia as características trabalhistas, ou seja, que fazia os escravos trabalharem pelas ordens impostas pelos patrícios. Todavia, essa relação de trabalho entre escravos e patrícios forçada pelo chicote como principal meio de produção, por sua vez, estabeleciam padrões que se reproduziam em maior escala e fixaram assim, as características - sociais econômicas e políticas - das sociedades antigas do Ocidente.

Diante disso, Bergamo (2012) expõe, que na medida em que o Império Romano do Ocidente enfraqueceu por não conseguir mais influenciar as práticas e as regras do mercado ocidental, que tinha como base de sustentação tanto as trocas, como o trabalho escravocrata, a economia das

antigas sociedades ocidentais e conseqüentemente o modo de produção escravista acabaram por se fragmentar. Então, com o enfraquecimento do Império Romano do Ocidente e consecutivamente com a ruína do modo de produção escravista, a base de sustentação econômica das sociedades passou a ser outra. Não mais os escravos eram o sustentáculo. Mas os servos, que representaram ao mesmo tempo, tanto a classe inferior da hierarquia medieval como o fator essencial para o desenvolvimento e expansão do modo de produção feudal pela Europa.

Qualificando as exposições de Bergamo (2012), Codato (2010) mostra, que nas sociedades medievais o modo de produção existente era o feudal. Não obstante, assim como nas sociedades antigas, nas sociedades feudais também existiu uma classe dominante e uma classe dominada. À primeira pertenciam os senhores feudais e à segunda os servos. Todavia, o principal meio de produção que mediava a relação entre os senhores feudais e o servos e fundamentavam as particulares das sociedades feudo-medievais, é apresentado por Codato (2010), como as trocas servis.

Com efeito, as sociedades feudais eram agrárias e, por tal razão, a relação das pessoas com a terra era o principal vínculo de sustentação desse sistema. No entanto, com o crescimento da produtividade agrícola através do sistema de rodízios em três campos e com o conhecimento das estações do ano, os medievais aumentaram cerca de 50% a produtividade na mesma proporção de terra trabalhada. Assim, Hunt; Shermam (1982) defendem, que como consequência dessa situação, houve maior produção de alimentos, fato este, que acabou gerando inovações nas ferramentas de trabalho utilizadas pelos camponeses. Pois, a sobra de alimentos poderia alimentar mais animais, e assim, os bois passaram a ser substituídos progressivamente por cavalos, que acabaram tornando mais rápido tanto a aragem da terra como o transporte de cargas.

“Estimativas históricas seguras demonstram que a população européia duplicou entre os anos de 1000 e 1300 [...] Em 1300 inúmeras cidades floresciam por toda Europa e não eram poucos os centros urbanos densamente povoados” (HUNT; SHERMAN, 1977, p. 24)

Esse panorama nos mostra, que tanto o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho agrícola como dos meios de transporte de carga, favorecem o crescimento populacional e a concentração urbana.

Diante disso, na medida em que os feudos se expandiam, os campos dos senhores feudais perdiam seus trabalhadores. Pois, “[...] a utilização de um arado movido por uma junta de bois exigia o esforço combinado de mais de um homem; para operar um arado atrelado a um cavalo, bastava um homem.” (HUNT; SHERMAN, 1977, p. 24).

Todavia, os camponeses que não tinham mais função na interioridade dos feudos passaram a ser úteis aos donos das manufaturas que surgiam nas cidades européias. Assim, o vínculo com a terra acabou ficando tão fraco que os senhores feudais acabaram fechando seus campos para criar ovelhas, obrigando os camponeses a migrarem para as cidades. Por outro lado, criar ovelhas era altamente lucrativo para os senhores feudais, pois a lã servia de matéria-prima para as manufaturas têxteis em ascensão pela Europa. E, foi assim que a dissolução do modo de produção feudal veio à falência, trazendo mudanças profundas na vida das pessoas.

Foi seguindo esse rumo que o modo de produção capitalista se impôs até os dias de hoje. Inicialmente, recebendo milhares de camponeses para trabalharem nas manufaturas, estas palco de atrações, desejos e vontades. As cidades modernas foram sendo preenchidas e transformadas sucessivamente, tanto pelas pessoas que migravam dos campos - ausentadas de qualquer tipo de luxo - somente na condição de vender sua força de trabalho, como pela classe burguesa ascendente, que via-se contente com a prosperidade de seus lucros.

Não obstante, antes de abordarmos os fenômenos de urbanização contemporâneos das cidades brasileiras, a partir das perspectivas de Sposito (1999), Santos (2008) e Santos (2010), é preciso relevar os estágios de desenvolvimento do modo de produção capitalista, o qual, influi diretamente nas morfologias urbanas e nas relações existentes em seus conteúdos.

Complementando nossas proposições, Jessua (2010) exhibe, cinco fases distintas do desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo que em cada uma delas há distinções por características específicas. Diante disso, temos que salientar que as periodizações apresentadas pelo autor não foram projetadas a partir de hipóteses históricas, mas, baseadas nas taxas reais, de crescimento do PIB e da renda per capita de cada uma das seguintes frações do tempo. Cito:

No que concerne à Europa Ocidental, as taxas médias anuais de crescimento do PIB real por habitante (em porcentagens) foram de 1,0% para o período de 1820-1870; de 1,3% para 1870-1913; de 0,9% para 1913-1950; de 3,9% para 1950-1973 e, de 1,8%, para 1973-1992. (JESSUA, 2010, p. 38)

Consoantemente ao exposto, o primeiro estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista - entre 1820 e 1870 - é caracterizado, segundo o mesmo autor, pela industrialização progressiva e pela rápida difusão do comércio exterior, que progrediu quatro vezes mais depressa do que o crescimento da população mundial.

Não obstante, o progresso técnico, a intensificação das comunicações e dos transportes, bem como a prosperidade da mão de obra e do capital como fatores de produção, marcaram, conforme destaca Jessua (2010), a segunda fase (1870 - 1913) do desenvolvimento do modo de produção

capitalista, em que os Estados apenas exerciam atribuições soberanas de manutenção à defesa, sem interferir nas questões econômicas.

A terceira fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista, correspondente entre os anos de 1913 e 1950, foi caracterizado pela economia bélica, visto que, foi o período em que aconteceram as duas Grandes Guerras, as quais, acabaram por substituir o livre comércio pelo protecionismo. A cerca desse estágio de desenvolvimento do capitalismo, podemos perceber a maior taxa dentre as cinco pautadas. A razão disso, segundo Jessua (2010), aconteceu devido a grandes investimentos econômicos realizados em diversos setores industriais, na mobilização de mão de obra civil e pelas maciças buscas de matérias primas.

Posteriormente ao período marcado pelo rápido crescimento econômico, em especial dos Estados Unidos devido ao Plano Marshall, o quarto período - entre 1950 e 1973 - foi caracterizado, conforme destaca Jessua (2010), pelo desencadeamento de consumo de energia desenfreado voltado a reconstruir os países europeus destruído pela 2ª Guerra e, pelo início da Guerra Fria, a qual, levou à constituição de zonas econômicas regionais. Além desses aspectos, o autor também salienta a criação da Comunidade Européia e de instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Européia de Comércio Exterior.

Qualificando as exposições de Jessua (2010), temos que lembrar, ainda que muito brevemente, que foi nesse período de desenvolvimento do modo de produção capitalista, que afirmou-se progressivamente até a contemporaneidade, o que Santos (2008), denota por meio técnico-científico-informacional, conforme segue suas proposições:

Esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar sua circulação. (SANTOS, 2008, p. 38)

Todavia, caracterizando o último estágio do desenvolvimento do modo de produção capitalista, entre os anos de 1973 e 1992, tomando como referência as asserções de Jessua (2010), podemos perceber que foi um período marcado pela alta inflação petroleira, que acarretou em altos índices de desemprego e no elevado custo de transformação e produção de matérias primas. Entretanto, a busca pela estabilização da inflação nos países europeus, aconteceu pela unificação monetária definida pelos Tratados de Maastricht (1992) e de Amsterdã (1997). Estes instituíram um pacto de estabelecimento e crescimento econômico através da adoção de uma moeda única - o euro

- primeiramente por onze e posteriormente por doze países europeus, que passaram a colocar em prática as medidas necessárias para diminuir os altos índices de inflação e desemprego.

Por fim, encaminhando nossas considerações à segunda parte deste trabalho, acerca do contexto referente aos estágios do desenvolvimento do modo de produção capitalista, conforme expressou anteriormente Jessua (2010), é preciso destacar o ponto de vista de Codato (2010), que nos mostra, que no modo de produção moderno e contemporâneo, assim como no escravista e feudal, também existe uma classe dominante - burgueses - e outra dominada, proletariados.

As relações trabalhistas nesse modo de produção são mediadas pelo salário, que é visto por Codato (2010), como o principal meio de produção da época moderna e contemporânea. Pois, é pelo pagamento salarial que os burgueses fazem os operários trabalharem. Assim, essas relações entre burgueses e operários, estabelecem características que em um âmbito maior reproduzem-se, instituindo assim, as principais particularidades das sociedades capitalistas: a existência das classes sociais e as heterogeneidades espaciais. A principal causa dessas particularidades são fundamentadas, segundo Marx (1996), pela mais-valia.

Para entendermos como acontece o fenômeno da mais-valia, base de lucro para o capitalista, que é a porção de tempo não paga ao trabalhador, propomos a seguinte situação: se o trabalhador paga seu salário dia – que é de R\$28,00, os quais somados a 26 dias trabalhados em um mês, resultam em um salário mensal de R\$750,00 – produzindo apenas 28 artigos/dia, em 4 horas de atividades diárias, este trabalhador, ao invés de trabalhar apenas 4 horas por dia e produzir somente 28 artigos que é o equivalente a seu salário/dia, ele é obrigado por seu patrão/burguês a trabalhar em um regime de 8 horas, produzindo não apenas 28 unidades, mas 60 artigos/dia. Assim, os produtos fabricados pelo trabalhador nessa porção de tempo em que ele exerceu a função e não foi remunerado, será o excedente. Nesse caso, de 32 unidades/dia. No fim do mês, o excedente será de 832 itens, os quais foram produzidos pelo operário que não teve a proporção de tempo pago. Este tempo não pago, é a mais-valia. Quando os burgueses venderem o excedente, então terão o lucro.

Não obstante a importância de refletir sobre essas questões e, de trazer a tona, conforme destacou inicialmente Moreira (2010), acerca da importância de compreendermos os principais aspectos econômicos sociais e políticos das sociedades antigas e medievais, para posteriormente entendermos as relações capitalistas que organizam os espaços urbanos contemporâneos e dão origem a uma morfologia urbana bastante distinta das cidades que existiram em épocas remotas, temos que relevar, que um dos principais fatores que proporciona essa situação, são as diretrizes estabelecidas pelo setor empresarial e mobiliário, promotores, ao mesmo tempo, tanto da lógica capitalista de produção, como da segregação e exclusão espacial das pessoas de baixo poder

aquisitivo. Diante disso, passamos agora à próxima parte deste trabalho, que visa apresentar importantes aspectos e fenômenos de urbanização das cidades brasileiras na contemporaneidade.

## **AS PARTES ANTERIORES DEVEM SER BEM MENOS EXTENSAS PARA QUE HAJA MAIOR ESPAÇO AO TEMA ESPECÍFICO DO TEXTO.**

### **A forma da morfologia urbana das cidades contemporâneas: conteúdos e fenômenos sociais-urbanos**

Não obstante os indícios apresentados na seção anterior do artigo, abordaremos, nessa parte, ainda que de modo sucinto, dados históricos, que nos revelam como os padrões modernos de produção substituíram, as relações sociais existentes nas cidades coloniais e agrícolas do Brasil no séc. XVII. Além disso, também daremos ênfase, ao descrever a morfologia urbana das cidades brasileiras, ao fenômeno social da fome, presente, ainda que em diferentes graus, em todas as cidades do globo terrestre.

O processo de urbanização das cidades brasileiras, vêm alcançando seu auge, ainda mesmo, sem podermos conhecer completamente seu ápice. Pois, trata-se de um processo contínuo e contingente, que cada vez mais manifesta os padrões impostos pelos atores hegemônicos e que define as relações, tanto sociais como de trabalho como complexas, as quais, como mostra Santos (2008), segregam as populações de baixa renda e ao mesmo tempo potencializam as ações das empresas globais que acabam por submeter a política local, estatal, nacional e internacional, às suas diretrizes.

Essa situação se intensificou no Brasil, como destaca Santos (2008), a partir da década de 30. No entanto, o processo de urbanização que se iniciou primeiramente no litoral brasileiro, sobretudo nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, foi impulsionado pela força das indústrias e pela ideologia da necessidade de trabalho - que servia tanto àqueles que precisavam trabalhar para sobreviver, como aos que praticavam a mais-valia e desejavam a mão de obra para aumentar seus lucros - no interior do território nacional.

Assim, as características das cidades coloniais e agrícolas foram sendo sobrepostas pelo novo modelo moderno/contemporâneo influído pelas grandes empresas, que na medida em que foram se instalando em direções onde os índices demográficos eram baixos, foram também

estabelecendo padrões econômicos sociais e políticos complexos, artificializando assim, através da instalação de toda infraestrutura indispensável, as áreas em que as relações sociais e de trabalho bem como a organização espacial e territorial, eram pouco complexas.

Quando uma grande empresa se instala, chega com suas normas, quase todas extremamente rígidas [...]. É assim que também se alteram as relações sociais dentro de cada comunidade. Muda a estrutura de emprego, assim como as outras relações econômicas, sociais, culturais e morais dentro de cada lugar [...]. Um pequeno número de grandes empresas que se instala acarreta na sociedade como um todo pesado processo de desequilíbrio. (SANTOS, 2010, p. 68)

Em conformidade com a exposição, os novos desenhos ascendentes das cidades brasileiras, resultantes destes processos, acabaram por substituir quase completamente o modelo de urbanização brasileiro presente até no séc. XVII, que é caracterizado por Santos (2008), não por uma abrangente e intrincada sobreposição de técnicas novas às outras rudimentares. Mas, por uma economia natural em que as relações entre os lugares eram francas e, pela expansão da agricultura e exploração mineral - não mecanizadas - que buscavam instituir novos povoados e ampliar os modelos de vida.

Não obstante a importância dos indícios dos fenômenos de urbanização no Brasil no séc. XVII, temos que salientar, que o progresso técnico e científico, no mesmo instante que passou a substituir os padrões não aperfeiçoados de produção, vistos pela ótica capitalista como antiquados por não serem altamente lucrativos, marcaram diversas dicotomias nas muitas cidades em que as grandes empresas foram instaladas.

Além de acabar subordinando a política tanto local como nacional - ideias estas que serão desenvolvidas no decorrer deste trabalho, ainda que de modo muito breve - acabaram gerando, como afirma Santos (2010), níveis de pobreza extrema ocasionados pelo endividamento e óbice da classe média trabalhadora, em razão da deteriorização dos salários, da insegurança em virtude da explosão demográfica, do individualismo oriundo do consumo e da busca desenfreada ao conforto.

Diante desses aspectos que não são os únicos, porém, os mais visíveis e propagados pelas demandas da lógica capitalista contemporânea, que alcançou nível global desde as últimas décadas, difundindo, estendendo e espalhando o modelo predominantemente contingente de produção, o qual, segrega as populações de baixo poder aquisitivo para alcançar ápices de desenvolvimento técnico e científico cada vez mais complexos, podemos chamar atenção, neste momento, ao fenômeno social e urbano da pobreza, conteúdo este, ainda que em diferentes proporções, das mais variadas e diversas cidades não só brasileiras, mas presentes em todas as demais de nosso planeta.

Se levarmos em consideração as proposições apresentadas anteriormente por Jessua (2010), que se referiram aos estágios de desenvolvimento do modo de produção capitalista, podemos refletir

em acordo com Santos (2010), que na medida em que o sistema se desenvolveu, o fenômeno social e urbano da pobreza, presente no conteúdo das morfologias urbanas contemporâneas, progrediu na mesma proporção como consequência da especulação imobiliária e da competitividade industrial que justifica a ética individualista. Não obstante, Santos (2010) expõe, três níveis progressivos de pobreza:

A primeira seria o que ousadamente chamaremos de *pobreza incluída*, uma pobreza acidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, uma pobreza intersticial e, sobretudo, sem vasos comunicantes. Depois chega uma outra [...] então chamada de *marginalidade*, tal pobreza era produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional e interna. Admitia-se que poderia ser corrigida, o que era buscado pelas mãos dos governos. E agora chegamos ao terceiro tipo, a *pobreza estrutural*, que de um ponto de vista moral e político equivale a uma dívida social. Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda parte do mundo. Há uma disseminação planetária e uma produção globalizada da pobreza. (SANTOS, 2010, p. 69)

Consoantemente à exposição, os princípios que fundamentaram e fizeram progredir os níveis de pobreza que acompanharam o transcurso do desenvolvimento do modo de produção capitalista, é destacado por Santos (2010), como as dicotomias que se criaram ao longo deste processo conjunto. Ele nos mostra, que as principais dicotomias que deram origem a pobreza - desde seu nível mais inferior (incluída) em que ela é local, porém não comunicada a outros lugares, chegando ao nível intermediário (marginalizada) em que ela passa a acompanhar o processo econômico para se tornar uma doença da civilização em sua forma mais abrangente (estrutural), por isso, é global e presente em todas as partes do planeta - é a dicotomia, entre capital  $x$  salário, detentores dos meios de produção  $x$  operários e empresas globais  $x$  políticas públicas.

Não obstante, o processo de urbanização das cidades brasileiras encarando as problemáticas acima referidas, diante da impassibilidade dos governos à força das empresas globais, acabou por tornar cada vez mais relevantes e nítidas as diferenças entre as classes sociais, a segregação da população pobre e o consumismo desenfreado, que acabaram por mover novas necessidades que em circunstâncias passadas não existiam. Todavia, para Sposito (1999), essa mesma lógica contemporânea de caráter excludente, ao mesmo tempo que potencializa dicotomias cada vez mais agudas e amplas, proporciona uma morfologia urbana bastante distinta daquela que existia nos centros populacionais antigos e medievais.

Entretanto, recorrendo a registros históricos que são apresentados por Santos (2008), e aproximando-os das asserções de Sposito (1999), podemos perceber o motivo pelo qual o processo de urbanização das cidades brasileiras se intensificou a partir de 1950, tanto quantitativamente como qualitativamente: a ascendente explosão demográfica nos centros urbanos.

Diante disso, Santos (2008) mostra, que na década de 50, 15 núcleos urbanos brasileiros possuíam população entre 100 e 200 mil habitantes, ao passo que, 9 cidades tinham população entre 200 e 600 mil e apenas 3 com população acima de 500 mil.

Devido ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista que moveu a economia nacional estabelecendo padrões sociais e políticos bastante complexos, os quais, em acordo com Sposito (1999), influenciaram diretamente na constituição morfológica das cidades modernas, pós 1950, Santos (2008) exhibe, que em 1960 as cidades com população entre 100 e 200 mil habitantes, passaram de 15 para 28, enquanto as cidades com população entre 200 e 600 mil, de 9 para 11. Nesse mesmo período - década de 60 - os centros urbanos com mais de 500 mil habitantes dobraram, passando de 3 para 6.

Todavia, ele expõe, que em 1970 as cidades brasileiras com população entre 100 e 200 mil habitantes eram 60. Com efeito, 19 localidades com população entre 200 e 600 mil, ao passo que, 9 centros urbanos eram constituídos por mais de 500 mil habitantes. Número consideravelmente expressivo foram os anos de 1980, em que 95 cidades tinham população até 200 mil habitantes, 33 com a população até 600 mil e 14 com população acima dos 500 mil habitantes.

Qualificando os registros históricos proporcionados por Santos (2008), Sposito (1999) expõe, que a morfologia dos centros urbanos contemporâneos se caracteriza pela expansão do tecido urbano de forma intensa, porém descontínua. Como consequência, o que podemos perceber nas cidades brasileiras da contemporaneidade, é uma estrutura polinucleada densamente habitada por pessoas e constituída por maciças infraestruturas, interligadas e articuladas, por amplos sistemas de transporte e comunicação. Assim:

Essa nova morfologia está marcada por um padrão de desconcentração territorial que não pode ser compreendido como negação da aglomeração, mas como condição e expressão de novas lógicas de localização, que engendram novas práticas sociais e que se realizam redesenhando essas novas morfologia (SPOSITO, 1999, p. 85)

Em acordo com a exposição, temos que salientar que as novas morfologias urbanas, conforme destaca a autora, são definidas, tanto pelas formas como pelas dinâmicas das cidades. Assim, toda materialidade da cidade - estabelecimentos comerciais e industriais dos diversos ramos setoriais, conjuntos habitacionais de padrões socioeconômicos diferenciados, *shoppings centers* e hipermercados - compõe a forma espacial das cidades. As dinâmicas correspondem, por sua vez, à incidência dos fluxos, que são promovidos especialmente, segundo Sposito (1999), pelos sistemas de comunicação e de transporte, que comunicam e articulam os vários polinúcleos das cidades contemporâneas.

Apontamentos importantes referentes à circulação e a informação que estão em conformidade com as proposições de Spósito (1999), que se referem às dinâmicas e aos processos das cidades, os quais, aliados às formas estabelecidas conforme os interesses e estratégias dos atores "hegemônico" e "poderoso" - empresas e indústrias - e, que definem e redefinem as morfologias urbanas resignadas aos fluxos para beneficiar seus respectivos capitais, é realizado por Raffestin (2011), o qual destaca que:

Enquanto a informação, até o século XIX, andava mais ou menos no ritmo dos homens e dos bens, desde então as distâncias em matéria de comunicação foram praticamente abolidas, na medida em que a transferência da informação de um ponto para outro do mundo, pode ser quase imediata [...]. Toda estratégia integra a mobilidade e, por consequência, elabora uma função circulação-comunicação. A circulação é a imagem do poder. A circulação imprime a sua ordem. A circulação é a imagem do poder [...]. É verdade que a circulação é a imagem do poder e há poucas chances de ser de outra maneira, pois a circulação, no sentido em que a definimos, é visível pelos fluxos de homens e de bens que mobiliza, pelas infra-estruturas que supõe. (p. 180-181)

Não obstante a importância dos fluxos de comunicação e informação é preciso destacar, que os diversos núcleos que caracterizam as morfologias urbanas contemporâneas, por mais distantes que estejam uns dos outros, estão articulados pelos sistemas de informação e transportes.

Diante disso, Spósito (1999) exhibe, que os sistemas de informação e transportes são os responsáveis pela extensão do tecido urbano que somente se espalha, devido, tanto as estratégias empresariais que visam diminuir custos de transporte com produtos e abrir novas frentes de mercado próximas dos consumidores, como pela especulação imobiliária, que procura dilatar seus ganhos promovendo ofertas em loteamentos e condomínios fechados, nos vazios urbanos que se intercalam entre os múltiplos núcleos das cidades.

Assim, tanto os meios de transporte - individual e coletivo - como a configuração do sistema viário, acabam por justificar o processo de descentralização urbana. Pois, conforme expõe Spósito (1999), são estes que atendem as necessidades de locomoção da população nas cidades contemporâneas que se dissimulam cada vez mais, e levam a inaugurar novos núcleos urbanos equipados com ofertas de trabalho, moradia e serviços, densamente povoados.

### **Considerações Finais**

O processo que empreendemos até aqui, objetivava em um primeiro instante, destacar os momentos constituintes do modo de produção capitalista, a saber: aspectos econômicos, políticos e sociais do modo de produção antigo, medieval e contemporâneo, as etapas de desenvolvimento e fundamentação do capitalismo e, a mais-valia como principal meio de produção do sistema atual.

Analisando esses aspectos conseguimos ter as ferramentas básicas para avançarmos e entendermos algumas problemáticas existentes nos conteúdos históricos desse processo. Tivemos a oportunidade de acompanhar o modo pelo qual aconteceu a transição de um sistema econômico para outro, relevando, ainda que muito superficialmente, as ações que levaram às cidades contemporâneas a terem uma morfologia bastante diferente daquela que existia nas cidades escravocratas e medievais.

Já no segundo momento, tentamos a partir das noções levantadas na primeira parte, entender algumas problemáticas sociais e urbanas relacionadas ao conteúdo das cidades contemporâneas, sobretudo, o fenômeno da pobreza, o qual está relacionado com as práticas econômicas promovidas e desencadeadas pelos setores imobiliário, empresarial e industrial.

Não obstante, esta segunda parte concentrou-se nas noções de forma e fluxo, que devem ser analisadas conjuntamente pelos pesquisadores que desejam fazer leitura completa dos tecidos urbanos. Mesmo sabedores das limitações deste trabalho, conseguimos relevar, ainda que muito brevemente, algumas facetas das morfologias urbanas-contemporâneas e, como estas são re-defenidas de modo contínuo, tanto por suas formas como por seus fluxos.

A partir do que foi desenvolvido é possível entender melhor, quais os padrões morfológicos-urbano, que serão estabelecidos no futuro pelos atores hegemônicos que promovem a urbanização no espaço geográfico, assim, abrindo caminho para estudantes, pesquisadores e profissionais das diversas áreas do conhecimento, poderem mostrar claramente soluções para fundamentar as amplas e agudas dicotomias que operam no tecido urbano e, salientarem com uma visão mais profunda as intencionalidades e estratégias dissimuladas pelos promotores da urbanização que segrega e exclui a população de baixa renda.

Com isso, a escolha do tema deste artigo nos deteve em desenvolver duas temáticas específicas - constituição do modo de produção capitalista e as problemáticas dicotômicas no conteúdo das cidades contemporâneas - as quais, evidenciaram o procedimento de nossas análises.

## Referências

BERGAMO, M. S. (2012). *Epístola da Geografia: da formação científica ao surgimento do Estado na Idade Moderna*. Monografia (Especialização em História da Ciência) - Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim, Erechim - RS, 2012

CODATO, A. *Marx: a política, o poder e o Estado Capitalista*. In: FIGUEIREDO, Vinícius (org). **Seis Filósofos em Sala de Aula**. São Paulo, SP: Berlendis & Vertecchia, 2010.

JESSUA, C. *Capitalismo*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010.

RAFFESTIN, C. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Khedyr, 2011

SANTOS, M.A *Urbanização Brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2008

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SPÓSITO, M. E. B. Urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (organizadoras). **O espaço no fim do século: a nova realidade**. São Paulo, SP: Pinsky, 1999.

MARX, K. *O Capital*, Livro 1º, O processo de formação do capital, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOREIRA, R. **Opensamento geográfico brasileiro. As matrizes clássicas originárias**. São Paulo: Contexto, 2010